

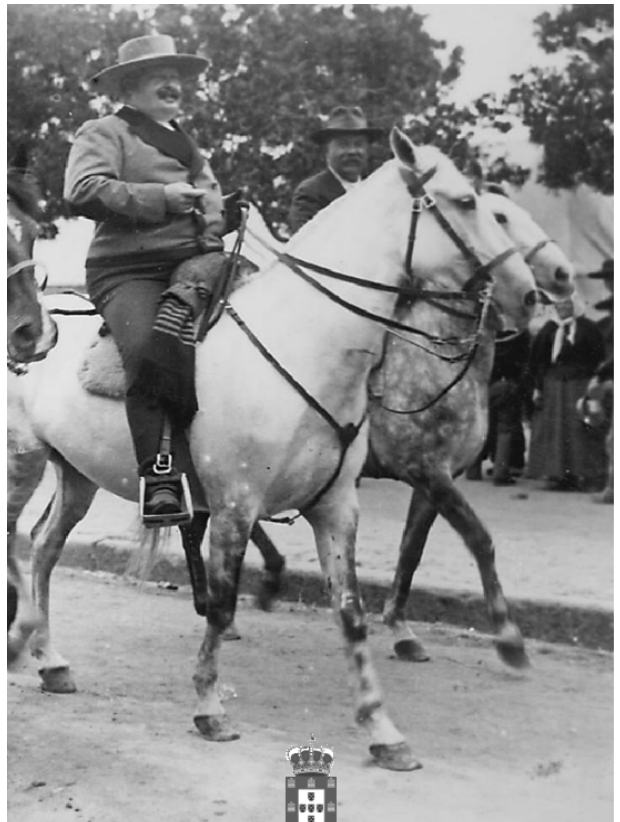


Integrar as comemorações D. Carlos 100 anos, na Feira Nacional do Cavalo, porquê?

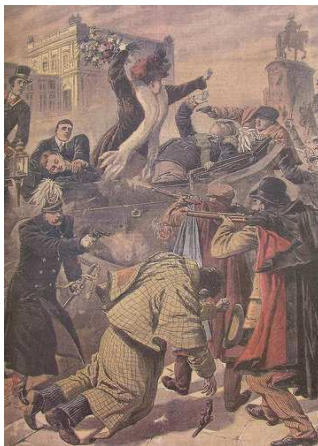
Porque a Golegã é o centro do mundo equestre português e nela urgia dignificar a memória de um Chefe de Estado, que foi lavrador, prestigiando o cavalo e o touro bravo nacionais, integrantes e determinantes da nossa identidade cultural, que nos tornou diferentes, distinguindo-nos e elevando-nos na actualidade europeia e pelo Mundo..

“Quando ao sol poente daquele dia, (...) a anti-nação assassinou o Rei e o Príncipe Real, caíram por terra, na pedra batida ali do Arsenal, dois homens, uma Pátria, o carácter dum povo e um princípio secular de Soberania. Aqueles tiros de espingarda, atingiram em cheio o objectivo marcado, Mais do que um Rei, mais do que um Homem na perfeita e total acepção da palavra, era o carácter dum povo que caía na rua, e com ele um fecundo sistema de aliança e de legitimidade do poder. Além do Rei e do Príncipe, o que caiu com eles, e era mais sagrado e importante do que eles — o molde e a feição que a Raça soubera dar ao desejo de convivência portuguesa e tinha sete séculos — isso caiu pela mão de todos, pelo crime colectivo de todo um povo, acobardado, sujo no consentimento, perturbado na inteligência, doente na vontade.

Se a Maçonaria matou el-Rei D Carlos, cada português, todos os portugueses, mataram el-Rei segunda vez, na escura cobardia colectiva, na estranha aceitação do crime e das suas consequências políticas. (...) Sobre o vozear dos homens e dos partidos, sobre a vergonha nacional e colectiva da mais ignóbil imprensa que algum dia se consentiu no mundo, Carlos de Bragança, solitário, abandonado, insultado e ameaçado, ergue-se como um avatar da Raça e da vontade de Portugal viver, e, último Rei que acredita na sua missão e no seu direito — luta e defende a Pátria contra a desorientação generalizada de todos. Caminha para a morte. Calmo, perfeito como Rei, magnífico como homem. Julga necessário o sacrifício da sua humanidade à condição de Rei que o destino lhe deu. Julga que a Pátria doente reencontrará no sangue derramado, o valor dos símbolos da lealdade, da fidelidade, da aliança dinástica. (...) Quando morre, D. Carlos dá aos portugueses o momento da escolha. A sua morte será o princípio da Restauração da Pátria na sua moldura histórica, o regresso às categorias históricas da grandeza nacional, ou o fim dum processo longo e triste de decadência, de perda de rumo, de abandono das bases fundamentais da convivência portuguesa. Nós escolhemos o fim. Portugal matou ali com o Rei a fonte da sua tradição, o génio da cidade que tutelara o seu nascimento e a sua liberdade, o esquema vertical da sua soberania e da sua orgânica de Estado independente e secular. O sangue tem um preço. O sangue inutilmente derramado por D. Carlos e D. Luís Filipe pesa sobre nós como herança macabra. (...) Acima de tudo o mal do liberalismo foi ter sido imposto à Nação como uma Revolução extrínseca e demolidora. Em vez de se procurar pela simples e inevitável influência da inteligência do tempo, a readaptação das formas da velha monarquia portuguesa a um novo e necessário modo de representação popular e a uma reconstrução das liberdades nacionais em face do poder do Estado. (...) A própria rudeza da vida e a ignorância geral conduziam ao abandono da função pública às classes maiores, a nobreza e o clero. A política do povo era conseguir em côrtes limitar os impostos e o número de mancebos para a guerra, e a defesa integérrima dos privilégios conquistados nas administrações locais, nas repúblicas regionais, profissionais e religiosas. Pouco mais interessava. Mas o homem que a monarquia liberal pressupõe e define é um homem bem diferente. É um homem para quem o problema fundamental já não é a segurança, mas sim o bem comum, isto é, a administração. (...) O povo perdera os seus modos antigos de representação e não tinha a evolução mental necessária para que o desejo de intervir na vida pública desse vida autêntica às formas políticas do liberalismo. Estas portanto se não serviam o povo, serviriam os políticos. E daí o erro fundamental do liberalismo português como de quase todo o liberalismo latino: não haver nascido do povo para o Poder, mas do Poder para o Povo: daí o descrédito do voto, a vergonha das eleições que ainda hoje se cita e se querem apresentar como um dado indiscutível do regime. Porque o sistema liberal apenas serviu para transformar a coisa pública numa luta aberta de camarilhas, que não correspondiam a planos ideológicos, mas apenas a tribos políticas, a sistemas de pessoas em vez de sistemas de critérios. (...) Se foi possível assassinar El-Rei- D. Carlos e matar a instituição que construiu e deu forma a Portugal, que lhe deu grandeza e lhe restaurou a independência, foi só porque as elites ou pelo menos grande parte do que deviam ser as elites nacionais, traíram o seu dever social, abstrairam da política e perderam o carácter. (...) Rei constitucional, amante profundo por educação e



D. CARLOS DE BRAGANÇA
REI DE PORTUGAL
(1863-1908)



tradição da liberdade política, via nitidamente a farsa da liberdade que era só dos políticos, sem ser a da Nação. (...) **Governar é administrar e em política prever.** É encaminhar e preparar 'uma Nação para uma solução verdadeira da sua vida pública e do seu quadro constitucional. **É não seguir ao sabor dos acontecimentos, mas sim tentar dominá-los e prosseguindo numa solução mental e ideológica preparar os caminhos da Grei para o advento dessa solução.** Governar é prosseguir um ideal político. Para D. Carlos o ideal era viabilizar o liberalismo em Portugal. (...) a síntese entre as formas naturais com que o momento determina a liberdade dos povos, as necessidades modernas duma administração consciente e a existência dum símbolo de soberania, unificador, cristalizador da constitucionalidade nacional, guardião do equilíbrio, protector da liberdade e fronteira de todas as tiranias. Fronteira de todas as tiranias. Foi nessa fronteira que morreu D. Carlos. **Morto pela vontade de lutar pela Nação, pela liberdade dos portugueses, pela vida da Grei, contra a tirania dos partidos não representativos, contra a hidra de mil cabeças das tribus políticas duma Nação sem política. Porque é necessário que a Nação seja política. Que cada português seja um homem político, um elemento do poder e não um sujeito. Quando a política se separa da Nação gerou-se a tirania."**

Lisboa, Janeiro de 1957. (in Combate Desigual, pp. 23-41)

Francisco de Sousa Tavares

O DIPLOMATA

"A acção diplomática do Rei, baseada numa estratégia sem oscilações, salvou Portugal de complicadas situações financeiras (foi o prestígio pessoal do monarca que permitiu a renegociação de alguns empréstimos feitos no exterior; (...) no final do seu reinado, procurou posicionar Portugal numa linha de relativa segurança face aos dois blocos antagonísticos que então se desenhavam (Rússia, Inglaterra e França por um lado, frente aos Impérios Alemão e Austro-húngaro). (...) Infelizmente, o regicídio impediu-o de atravessar o Atlântico, e de se juntar aos brasileiros e muitos portugueses que lá viviam, numa altura em que se comemorava o centenário da abertura dos portos do Brasil à navegação internacional. (...) O Rei sabia que o País precisava de partidos sólidos, com figuras credíveis, que se apresentassem como alternativa de governação. Foi isso que procurou fazer. Note-se que a Carta Constitucional permitia-lhe seguir esta via, que aliás já fora empreendida, e com sucesso, em ocasiões anteriores. Na época, o governo resultava de nomeação régia. Depois da tomada de posse, o ministério preparava as eleições gerais de deputados, que suportariam nas cortes as suas decisões. Tal como veio a acontecer durante a I República, o voto não era um Direito Universal, mas sim restrito, isto tal como a decisão de escolha de um novo presidente do Ministério e do seu governo. **Um julgamento destas práticas à luz dos actuais conceitos de democracia torna-se anacrónico e não permite compreender as decisões tomadas. (...) A História acabou por ajustar D. Carlos a ideias feitas, tornando-o incompreendido e mal conhecido. O que é pena, pois deixou de fazer justiça a um homem preparado, íntegro e capaz, que teve uma estratégia e a procurou executar.** D. Carlos foi um grande Rei constitucional e, sobretudo, um grande português."

Lourenço Pereira Coutinho

O CIENTISTA

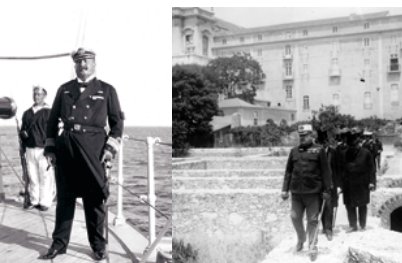
"Em 1 de Setembro de 1896, nasceu a Oceanografia portuguesa, quando D. Carlos iniciou, a bordo do seu primeiro iate "Amélia", uma série de campanhas ao longo da costa atlântica de Portugal que se prolongariam até 1906. Além do interesse científico, D. Carlos preocupou-se também em estudar os recursos marinhos vivos da costa portuguesa, tendo por objectivo maximizar o rendimento da indústria e do comércio da pesca. Esta era uma das mais significativas actividades económicas do país que, atravessando uma crise política e financeira graves, herdara para governar. Em 1898, dedicou-se, em especial, à investigação sobre pescas marítimas, tendo inclusivamente publicado o seu estudo sobre "A Pesca do Atum no Algarve", editado pela Imprensa Nacional, Lisboa, em 1899. (...) O Rei é inclusivamente o autor da primeira carta batimétrica da zona do canhão de Setúbal, à escala 1/100 000, completada inclusivamente com a referência às espécies locais por ele estudadas. Em 1898, D. Carlos incentivou a criação do Museu Oceanográfico, no Dafundo, junto ao rio Tejo e perto de Lisboa, tendo sido completado pelo Aquário Vasco da Gama, sendo ambos dos primeiros criados no Mundo. Além da exposição de espécies marinhas vivas no referido Aquário, o Museu foi enriquecido com o legado do Rei, ou seja, toda a sua colecção oceanográfica, bibliografia, documentação diversa incluindo trabalhos escritos sobre cartografia, hidrografia e ornitologia, apontamentos, notas pessoais, inventariação das espécies marinhas portuguesas, preparações microscópicas e instrumentação utilizada. (...) Com o beneplácito régio, é constituída a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, em 1907. No ano seguinte, em 1908, é fundada a Estação de Biologia Marítima de Lisboa, assim como uma Comissão de Oceanografia."

Maria Manuela da Câmara Falcão

O POLÍTICO

"Perante a crise do ultimato, o rei demonstrou prudência e sensatez. Tentou manter-se num periclitante equilíbrio entre a solidariedade e o bom senso. **Participou nos movimentos patrióticos que se levantaram cheios de indignação contra a Inglaterra,** contribuiu com 40 contos para a subscrição nacional (que no seu total conseguiu angariar 250) e até recusou a condecoração da ordem da Jarreteira, considerando que o momento não era o mais adequado para ser publicamente agraciado pela Coroa inglesa. (...) Mas por outro lado, tinha um bom conhecimento da política colonial portuguesa e, conseqüentemente, uma visão esclarecida de toda a questão. Possuía plena consciência do aproveitamento político que o assunto estava a ter e achava necessário reduzir tudo às devidas proporções. (...) É, uma vez mais, anacrónico pensar em Portugal no século XIX como uma nação do Minho a Timor. **A ideia de um império colonial indiviso foi construída e propagandeada pela 1ª República e depois pelo Estado Novo e não tinha qualquer fundamento no reinado de D. Carlos.** Portanto, pensar nas possessões ultramarinas portuguesas como moeda de troca no relacionamento com os outros países europeus não era uma ideia que escandalizasse toda uma nação. Como dizia um par do reino a José Luciano de Castro, em 1899: se se consultar o país «em escrutínio secreto» acerca da venda das colónias, não haveria «cem cidadãos que votem contra. Não assusta nem repugna a ideia."

Isabel Paço d'Arcos



Comemorações D. Carlos 100 anos, dia 11 de Novembro, na Golegã, por ocasião da Feira

O legítimo herdeiro da Casa Real Portuguesa, D. Duarte Pio, Duque de Bragança, pela representatividade política, histórica e diplomática que lhe foi conferida pelo Estado Português (MNE, 2006), será recebido em acto oficial pelo Presidente da Câmara Municipal da Golegã, na tarde do dia de São Martinho, no Largo da Feira, onde lhe será atribuída a Cruz de Honra dos Romeiros de São Martinho. O Programa integra ainda a inauguração da **Exposição D. Carlos, um Rei Constitucional**, de autoria do Prof. Rui Ramos, na sede da Associação Nacional de Turismo Equestre, à qual se seguirá uma **Palestra/Jantar**, no Restaurante Lusitanus, "**D. Carlos e o Cavalo**", pelo Coronel José Henriques, seguida de Fado, em honra à memória de D. Carlos, por José Cid.